

Ação comunicativa e pedagogia; alguns apontamentos sobre educação e mídia

Marcio G. Trevisol¹

Resumo

O presente artigo pretende discutir a questão da ação comunicativa aplicada a comunicação. No entanto, nossa discussão não se esgota nessa possibilidade, uma vez, que o desafio é compreender como a esfera pública alarga-se com o advento da comunicação de massa. Essa perspectiva de alargamento da esfera pública aliada ao conceito de agir comunicativo nos permite refletir sobre a relação entre mídia, educação e agir comunicativo. Neste sentido, o presente artigo pretende a luz da teoria habermasiana fornecer apontamentos para a reflexão das práticas pedagógicas. Essa é uma discussão que está ganhando força entre as teorias educacionais, por isso, a necessidade de tal discussão. De qualquer maneira essa é uma discussão ainda recente sobre as prática educacionais, principalmente no que se refere ao poder simbólico que a educação está envolvida. Dessa maneira, o artigo procura situara a ação comunicativa dentro dessa novas práticas pedagógicas.

Abstract

This article discusses the issue of communicative action applied to communication. However, our discussion does not end in this possibility, just that the challenge is to understand how the public sphere is extended with the advent of mass communication. This prospect of enlarging the public sphere together with the concept of communicative action allows us to reflect on the relationship between media, education and communicative action. In this sense, this article wants from of Habermas' theory provide pointers for reflection on teaching practice.

Keywords: Discursive Ethic, communication, information, globalization, culture.

Introdução

O presente artigo visa entender as novas formas de comunicação que se apresentam e de como filosoficamente interferem na educação e na formação dos indivíduos. A sociedade contemporânea é marcada como define Castells por uma sociedade da informação. A globalização e a rapidez da informação modificam radicalmente as categorias de espaço e tempo. Ao modificar essas categorias de espaço e tempo, outras dimensões cotidianas se

modificam instituindo novos paradigmas de entendimento da política, da estética, das relações sociais e econômicas. Com a educação não é diferente. A evolução das indústrias da mídia transformaram radicalmente o paradigma do livro e instituíram uma nova forma de educação e de participação democrática. O livre acesso a matérias, resumo, informações e livros possibilitou uma emancipação do indivíduo frente as informações. A nova educação deve problematizar as informações, afim de, construir conhecimento. Por isso, é fundamental entender a partir de Habermas como a esfera pública se transformou com o advento da comunicação instituindo novas células de comunicação. Na atualidade os indivíduos podem participar de fóruns de discussão sobre os mais variados assuntos, acessar ou ter o próprio blog, participar de comunidades virtuais e mesmos corresponder-se em tempo real com outros indivíduos. Essas possibilidades transformam todas as estruturas sociais, conferindo novos valores e comportamentos. Isso se torna visível quando entendemos a idéia de sociedade midiada de Thompson em seu livro “mídia e modernidade”. O artigo pretender debater como podemos entender a ação comunicativa em um sentido pedagógico e suas inferências sobre esses novos paradigmas educacionais. Neste sentido, o artigo é dividido em; 1) analisar como a esfera pública e os novos espaços de comunicação que surgem com o advento da era da informação aliados a uma teria da agir comunicativo pedagógico; 2) analisar quais os impactos que essa mudança proporcionada pelo progresso tecnológico trouxe para a educação. Portanto, nosso objetivo com esse estudo é entender quais as modificações e de que maneira a mídia auxilia na formação e no desenvolvimento do cidadão. É evidente que a formação do cidadão hoje passa pela esfera da mídia. Por isso, esse estudo visa entender como professores e alunos dialogam com essas novas ferramentas a partir da visão midiática. No entanto, essa análise define-se por uma aproximação com a teoria da ação comunicativa proposta por Habermas.

Ação comunicativa e ação pedagógica

A ação comunicativa Habermasiana pode nos oferecer importantes apontamentos para pensarmos um modelo educacional pautado na racionalidade, autonomia e participação dos estudantes. Muitas são as teorias e correntes pedagógicas que de uma maneira ou de outra buscam desenvolver modelos educacionais que possibilitem a emancipação intelectual e racional dos alunos. Essa importante temática apresenta-se muito mais complexa na contemporaneidade, em virtude que os meios de comunicação, possibilitem o abando (em

certa medida) do paradigma livresco e instituem um novo paradigma da informação sem fronteiras. Esse paradigma comunicacional, que dentre outras coisas, modifica a ideia de esfera pública, também cobra que os indivíduos sejam emancipados e participem democraticamente de comunidades dialógicas, se não materialmente, de maneira virtual. De modo, que a teoria da ação comunicativa de Habermas nos oferece pressupostos para entender e pensar uma pedagogia apoiada na ação comunicativa. Para tanto, é necessário entendermos como Habermas fundamenta a teoria da ação comunicativa para posteriormente compreender como ela dialoga com as novas tecnologias da informação.

Habermas afirma no início da Teoria da ação comunicativa (1992), que “ [...] o tema da filosofia é a razão” (HABERMAS, 1992, p.15). No entanto, é necessário entender que a razão humana para Habermas, se apresenta historicamente pela linguagem, isto é, a linguagem é a manifestação histórica da razão¹. Desse modo, a razão é a própria linguagem. Como Dutra define, “a linguagem torna-se como que a explicitação da razão, ou melhor, torna-se a própria razão” (DUTRA, 2005, p.10). A linguagem passa a desempenhar um papel central na organização da sociedade humana. Ao ventilar que a linguagem, enquanto ato de entendimento e consenso humano sobre questões pertinentes (ética, política, direito, moral, estética, poder) inicia-se o abandono do paradigma monológico da razão kantiana, fundada no discernimento pessoal, para um paradigma do entendimento mútuo mediado intersubjetivamente pela linguagem.

Para entender o conceito de “ação comunicativa”, é necessário compreender e realizar uma análise do conceito de racionalidade. Segundo Habermas, “quando fizemos uso da expressão racional, estamos estabelecendo uma estreita relação entre racionalidade e conhecimento” (1992, p. 15). De modo, que as opiniões e o conhecimento ganham um caráter de estrutura proposicional, ou seja, são apresentados na forma de enunciados. Essas emissões de enunciados ou manifestações lingüísticas expressam um conhecimento. Neste sentido, podemos falar em ações teológicas, as quais expressam uma capacidade ou habilidade para um propósito, isto é, um conhecimento implícito.

O know how expresso nas ações teológicas pode ser transformado, segundo o autor, em um know that. Se buscarmos os sujeitos que podem completar a expressão predicativa “racional” temos, em princípio, dois candidatos: as pessoas, que têm conhecimento e podem ser mais ou menos racionais e as expressões simbólicas – as ações lingüísticas e não-linguísticas, comunicativas ou não comunicativas – que possuem conhecimento (Habermas,

¹ É importante esclarecer que para Habermas por muito tempo a filosofia não compreendeu o paradigma da linguagem no sentido de entender a linguagem como manifestação cultural e de transformação social.

1992, p. 32). Sendo assim, podemos definir ao modo de Habermas como racionais todos os sujeitos portadores de linguagem. Isto é, que podem participar das comunidades de comunicação.

Nós podemos chamar de ‘racionais’ os homens e as mulheres, as crianças e os adultos, os ministros e os cobradores de ônibus, mas não os animais, um arbusto lilás, montanhas, ruas ou cadeiras. Nós podemos chamar de ‘irracionais’ as desculpas, os atrasos, as intervenções cirúrgicas, as declarações de guerra, as reparações, os planos de reconstrução ou as decisões tomadas em uma reunião, mas não um temporal, um acidente, um prêmio da loteria ou uma doença (Habermas, 1992, p. 24).

De modo, que podemos entender o conceito de rationalidade² segundo Habermas, como uma condição indispensável e própria dos sujeitos capazes de linguagem e ação que se manifestam em forma de comportamento, para as quais existem boas razões e fundamentos. Somente são portadores de rationalidade aqueles sujeitos capazes de articularem linguagem e ação.

Mas o que determina se uma ação é racional ou não? Quais as emissões e suas manifestações que devem ser consideradas “racionais”? A rationalidade é a expressão de um saber que se manifesta, isto é, rationalidade é um conhecimento exposto e debatido, o qual visa um consenso ético sobre determinado assunto.

O conceito de rationalidade comunicativa possui conotação que em última instância se referem a uma experiência central da capacidade, mas sem coação de gerar em uma fala argumentativa em que os diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus pontos de vista e desenvolvem uma comunidade de convicções rationalmente motivadas e asseguram-se da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do contexto em que desenrolam suas vidas (HABERMAS, 1992, p. 27).

Neste sentido, o conceito de rationalidade carrega consigo a conotação de unir os falantes em última instância, sem recorrer a uma força coativa e de principalmente, gerar consenso a partir da fala argumentativa. Pelo exercício argumentativo, os diferentes

² Segundo Habermas, o conceito de rationalidade pode desdobrar-se em dois caminhos. Se partirmos de uma utilização não comunicativa de uma saber proposicional em ações teológicas, estamos tomando uma decisão em favor do conceito de rationalidade cognitivo-instrumental que, através do empirismo, tem formado uma profunda e pronta compreensão da modernidade. Esse conceito tem conotação de uma auto-afirmação com êxito no mundo objetivo, possibilitada pela capacidade de manipular informações e de adaptar-se inteligentemente em um contexto contingente. Se partirmos, pelo contrário, da utilização comunicativa do saber proposicional nos atos de fala, estamos tomando uma decisão em favor de um conceito de rationalidade mais amplo que se entrelaça com as idéias do todo. Esses são os dois conceitos nos quais a rationalidade se desdobra. O primeiro busca um fim particular, o sucesso individual. O segundo prima pela universalidade de suas pretensões.

participantes superam a subjetividade inicial de seus pontos de vista, por essa argumentação, podemos chegar à unidade objetiva do mundo, isto é, a pretensão de validade generalizável. “A racionalidade comunicativa é definida pela pragmática que reconstrói regras universais e pressupostos necessários do entendimento (ou do consenso)” (DUTRA, 2005, p. 25).

A linguagem passa a ser o médium de interesse para o consenso em determinadas situações. Neste sentido, antes de discutirmos, a questão da pedagogia na ação comunicativa é necessário realizarmos o esclarecimento do conceito de mundo da vida e do agir estratégico, pois serão importantes para compreendermos a questão da pedagogia na ação comunicativa e na sociedade da informação.

O entendimento entre os indivíduos é realizado através dos atos de fala. Esses atos de fala podem ser explicados como ordens, as confissões e as constatações. Em ambos os casos, estamos tratando de ações. No entanto, é claro que Habermas faz uma distinção entre ações não-teológicas, ou seja, ações não-lingüísticas, em que o sujeito intervém no mundo a fim de realizar as suas ações orientadas para um fim, as ações comunicativas, em que o autor utiliza a linguagem para chegar a um entendimento sobre algo no mundo. Não podemos perder de vista, que a linguagem é o médium para o entendimento humano.

O processo de entendimento humano resulta segundo Habermas, em uma compreensão do mundo que prepara o caminho para a racionalização do mundo da vida. O mundo da vida passa a ser o canal para o entendimento.

Para alcançar o difícil mundo da vida (*lebenswelt*) racionalizado, ligaremos neste momento com o conceito de racionalidade comunicativa e analisaremos as estruturas do mundo da vida que permite que os indivíduos e os grupos adotem orientações racionais de ações (HARMAS, 1989, p. 70).

Ao atuar comunicativamente, os sujeitos se entendem no horizonte do mundo da vida que está se formando por convicções problemáticas. Habermas chama de mundo da vida o espaço social onde a ação comunicativa ainda é realizada. No espaço, desenvolvem-se as ações que são linguisticamente mediadas. O mundo da vida é o contexto factual intersubjetivamente compartilhado em que a linguagem, ou o sistema lingüístico, pertinente a comunicação e a interação voltada para o entendimento. Essa linguagem utilizada no mundo da vida tem como função primeiramente orientar os sujeitos sobre as pretensões de validade concretizada no espaço do mundo da vida. De tal modo, que as ações pedagógicas também são legitimadas e desenvolvidas no mundo da vida. O mundo da vida compreendido e entendido como espaço social a linguagem como novo paradigma pedagógico assume um

papel de construção social. Por isso, a linguagem torna-se o mecanismo de entendimento, mas fundamentalmente de reflexão sobre as questões sociais e as relações de poder estabelecidas entre os membros da sociedade. De maneira, que a utilização da linguagem no foro pedagógico contribui de uma dupla forma na formação dos indivíduos. Por uma lado, desenvolve a autonomia e a auto-crítica para chegar a um consenso e, por outro lado, força que o sujeito que partir da dessa comunidade de comunicação reflita sobre seus pontos de vista sem perder a coletividade. Esse segundo ponto ganha um significado e importância política, pois o indivíduo passa a refletir sua condição social no mundo da vida.

É inegável que através dos processos educacionais a sociedade transmite para os indivíduos o patrimônio cultural a garantindo a formação de valores e de concepções de mundo nos futuros cidadãos. Embora o senso comum costumeiramente entenda que a responsabilidade de educar as gerações futuras seja desempenhada particularmente pela escola, a sociedade depara-se com uma enorme gama de outras formas de educar e de transmitir a cultura. Dentre elas podemos ressaltar o papel da mídia. Neste sentido, encontramos a questão fundamental, de como entender essa gama de possibilidade de formação sociocultural a partir da racionalidade comunicativa. Entender a ação pedagógica a partir da racionalidade comunicativa possibilita acenar para o desenvolvimento de uma educação crítico-emancipatória.

As novas tecnologias especialmente as relacionadas com as novas mídias modificam de maneira, no mínimo considerável a maneira como recebemos o conhecimento. O abandono do império do livro, no qual, a maior fonte de conhecimento estava presente nos livros e no professor, para um conhecimento em certa medida livre, gratuito e global proporcionado pelas novas mídias. Diante dessas inovações o modelo educacional e as práticas pedagógicas devem modificar-se a fim de possibilitar que os indivíduos tornem-se críticos desse processo de aquisição do conhecimento. A ação comunicativa pode fornecer esses pressupostos para uma educação crítica e emancipatória. Como escreve, Boufleuer.

Tematizar um conteúdo de saber dentro do processo educativo significa, na perspectiva do agir comunicativo, apresentar pedagogicamente as razões que o tornam um saber válido. É nesse sentido que podemos falar de reconstrução ou de atualização do conhecimento. A escola, dessa forma, deixa de ser o lugar de mera reprodução (repetição, cópia) de conhecimentos, para tornar-se o lugar de sua problematização e de sua apropriação crítica. Para que isso ocorra é preciso que a sala de aula reúna as condições objetivas e subjetivas de um discurso potencial. Em fase de um conteúdo de saber cada grupo de alunos deve ter o direito de colocar seus porquês, saber as razões que justificam, propor novos enfoques (2002, p.34).

Na ação comunicativa a aprendizagem coloca a educação em uma dialeticidade de contradição, de questionamento e de criticidade. Essa postura comunicativa da educação confere uma aprendizagem ativa e participativa. O conhecimento é reelaborado, refletido e discutido entre os alunos. O conhecimento é produzido de forma lingüística, pela participação dialógica dos indivíduos que passam a refletir o mundo da vida. Não é uma simples reprodução do conhecimento, mas uma elaboração do conhecimento. A escola deve fornecer subsídios para a elaboração consciente do conhecimento, pois, se permanecermos em um modelo educacional reprodutor não necessitamos nem mesmo de escolas já que nossos alunos podem acessar as mais variadas formas de conhecimento e informação através da internet. Por isso, a escola deve tornar-se uma comunidade de comunicação mediada pela ação comunicativa capaz de questionar e refletir as condições sociais. Pela ação comunicativa os alunos são convidados a produzirem conhecimento e a questionar as convicções do mundo da vida. Esse modelo de educação favorece o desenvolvimento de indivíduos críticos e conscientes da realidade social que estão inseridos.

Mudança da esfera pública e a novas formas de educação

A pergunta que poderíamos fazer neste momento refere-se a possibilidade de pensar a modificação da esfera pública no campo da educação. A primeiro momento nos parece aceitável a tese que a esfera pública seja uma aplicação a grosso modo na relação como os indivíduos participam da sociedade. Desse modo, poderíamos definir um conceito de esfera pública na Grécia, na idade moderna e mesmo na idade contemporânea sobre um paradigma político. No entanto, nossa análise visa reconstruir argumentos sobre a esfera pública mas entende-la a partir do contexto educacional, isto é, compreender como no campo educacional também ocorre um ampliação do conhecimento e da esfera pública. Neste sentido, o agir comunicativo aplicado a educação também modifica, pois, com a amplitude de possibilidades de conhecimento advindas principalmente pela internet nossa interação social e participativa também se modifica.

Não pretendemos discutir aqui os meios técnicos dos meios de comunicação. Evidentemente são importantes para entender o desenvolvimento das formas de comunicação, contudo nossa tese central é entender os impactos que dos meios de comunicação nas esferas sociais. Segundo Thompson;

Não podemos obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (1998, p. 19).

Sem dúvida vivemos um tempo de sinais. Tal fenômeno nos possibilita o ingresso em uma “sociedade midiada” e numa “cultura midiada”. Não há nenhuma esfera na sociedade moderna em que os meios de comunicação de massa não tenham algo para dizer. Nada escapa as lentes penetrantes que tange as relações individuais e sociais. As trocas simbólicas praticadas no seio da convergência digital assumem um papel fundamental ancorado no alicerce da informação social³. A comunicação torna-se o mecanismo básico para a concretização das trocas simbólicas e o conhecimento das atividades políticas e sociais na esfera pública.

Nesta esfera global de informação os meios de comunicação estabelecem uma forma de ação. Entendemos a ação como o ato de proferir uma expressão e não apenas relatar um acontecimento ou descrever o estado de coisas, mas que a linguagem é uma atividade na qual os indivíduos estabelecem relações e renovam seus veículos sociais. Neste sentido, os indivíduos estabelecem relações sociais em diferentes segmentos sociais, os quais proporcionam diferentes inclinações e oportunidade. Para Thompson, “estes conjuntos de circunstâncias podem ser considerados como campos de interação⁴” (1998, p. 20). As interações sociais são determinadas pela posição que o sujeito ocupa dentro de uma instituição. Essa posição determina o poder que o indivíduo ou instituição possui.

A partir das considerações de Thompson percebemos que o advento da comunicação da massa a estrutura da esfera pública se modificou e os paradigmas educacionais também se modificam. No entanto, é necessário compreender como Habermas entende o conceito de esfera pública.

³ Castelles nos fornece uma distinção importante entre o modo de produção e modo de desenvolvimento. Os modos de produção são formações sociais globais, com suas forças e relações de produção específicas, legitimada por uma superestrutura específica política, jurídica e ideológica. Já o modo de desenvolvimento é o fator sobre o qual a produtividade se dá. No modo de produção, seja ele capitalista ou estatista, o modo de desenvolvimento é o responsável pela produtividade dessa formação social. Houve um tempo em que a produtividade esteve ligada a terra; depois, foi à indústria a responsável pelo desenvolvimento. Nos dias atuais, o modo de desenvolvimento fundamental, isto é, o fator de produtividade primordial é a informação (CASTELLES Apund de GUARESCHI, 2007, p.118). Neste sentido, quem detém a informação, detém a célula central do desenvolvimento. A convergência digital aponta está perspectiva de desenvolvimento que se localiza em torno dos processos globais de informação.

⁴ Termo desenvolvido por Pierre Bourdieu. Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro dos campos sociais. Essa posição determina as interações sociais estabelecidas entre os sujeitos. As instituições definem as interações sociais, bem como, criam novas posições sociais e relações de poder entre os sujeitos que compõem a sociedade.

A refuncionalização do princípio de esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa. Por um lado, na medida mesma de sua comercialização, supera-se a diferença circulação de mercadorias e circulação do público; dentro do setor privado, apaga-se a nítida delimitação entre esfera pública e esfera privada. Por outro lado, no entanto, a esfera pública, à medida que a independência e suas instituições só podem ser ainda asseguradas mediante certas garantias políticas, ela deixa de ser de modo geral exclusivamente uma parte do setor privado. (HABERMAS, 2003, p. 213).

Embora Habermas entenda a esfera pública e a esfera privada sobre o ângulo da formação política ele nos oferece a possibilidade de pesar a ação pedagógica sobre esses dois conceitos. Quando Habermas delimita a questão da esfera pública e esfera privada sobre a problematização da comunicação ele automaticamente aponta para o fato que como não existe mais um fronteira definida entre interesse público e privado também não existe a o controle sobre a circulação de opiniões, conceitos e informação. Neste sentido, não somente a fronteira entre a esfera pública e privada se modificaram com a comunicação como todo o paradigma do conhecimento. Entre a esfera pública e a esfera privada e livre circulação de informações está o indivíduo que busca formar sua opinião pública.

Nesse modelo podem ser confrontados dois setores de comunicação politicamente relevantes: por um lado, o sistema de opiniões informais, pessoais, não-públicas; por outro lado, o das opiniões formais, institucionalmente autorizadas. [...] em um terceiro nível, encontra-se as obviedades da indústria cultural, freqüentemente discutidas, esses fugazes resultados do contínuo bombardeiro publicitário ou também a elaboração pela propaganda a que os consumidores estão expostos especialmente em seu tempo de lazer (HABERMAS, 2003, p. 284)

Percebemos a preocupação de Habermas com a formação da opinião pública. A publicidade mediada ao transpor a esfera pública também modifica a própria compreensão humana sobre a sociedade. Neste caso, a formação da opinião pública fica marcada pela ação da indústria cultural minada por interesses pessoais e econômicos. Na modernidade, esse parece ser o grande desafio. Formar indivíduos com uma capacidade crítica capaz de refletir essa enorme quantidade de informação tendenciosa ou não que chegam até o indivíduo.

Habermas tem razão em chamar a atenção para o fato de que as indústrias da mídia sofreram grandes modificações ao longo dos séculos XIX e XX. A explicação de Habermas destas mudanças – a que enfatiza sobre tudo o crescimento da comercialização da mídia. No entanto, Habermas traduz adequadamente a idéia que os meios de comunicação passam a formar as opiniões dos indivíduos na sociedade.

Diante dessa era da visibilidade, na qual, os veículos de informação multiplicam-se e fornecem as mais diversas informações e visões de mundo é necessário desenvolver uma pedagogia crítica. No entendo Habermas nos uma compreensão dessa possibilidade.

Uma opinião rigorosamente pública só pode ser estabelecida, pelo contrário, à medida em que ambos os setores de comunicação passam a ser intermediados por aquele outro, que é o da “opinião crítica”. Certamente, uma tal mediação só é possível, hoje, numa ordem de grandeza sociologicamente relevante, por meio da participação de pessoas privadas num processo de comunicação formal conduzido através das esferas públicas internas às organizações. (HABERMAS, 2003, p. 265)

Neste sentido, a escola torna-se um importante foro de discussão e participação para entender e compreender os fenômenos sociais. A ação comunicativa pode fortalecer o desenvolvimento a partir da educação de uma opinião crítica. Em uma sociedade da informação se alargam a possibilidade de adquirir conhecimento, contudo, um conhecimento não crítico. A escola ao implantar a ação comunicativa mediada pela linguagem possibilita que os indivíduos possam compreender e absorver os conhecimentos e informações de maneira crítica. Essa postura distancia da lógica da indústria cultural, a qual, julga os indivíduos como alienados e patroneados.

Portanto, a partir da ação comunicativa é possível pensar uma pedagogia crítica capaz de conferir aos indivíduos a possibilidade de questionamento das próprias concepções de vida. Não podemos ter uma opinião radicalmente contra as inovações tecnológicas, mas é necessário que a educação moderna possa dialogar com essas inovações;. Neste sentido, é importante pensarmos a possibilidade de construirmos uma ação pedagógica fundada na ação comunicativa.

Considerações finais

Embora não tenhamos uma vasta bibliografia que expresse a compreensão da ação comunicativa na educação ela desponta como um importante mecanismo para pensar as práticas pedagógicas. Na atualidade se faz necessário pensar uma educação emancipadora na qual, os indivíduos possam produzir e problematizar os conhecimentos. Neste sentido, a ação comunicativa através dos atos de fala pode fornecer subsídios para que os indivíduos reelaborem seus planos de vida.

Uma educação comunicativa em uma sociedade da informação, não por acaso, necessita de alunos que possam pensar e expressar comunicativamente suas opiniões frente as informações que são recebidas diariamente pelos mais diversos meios de comunicação. A opinião publica fica restrita as informações recebidas por redes transnacionais de comunicação. É preciso que a educação seja um campo aberto as problemáticas dessas informações e acontecimentos. No entanto, essa educação não pode ser restrita, mas deve ser partilhada e dialogada entre os indivíduos.

A difusão da tecnologia da informação está influenciando de diversas maneiras a educação nas escolas. Por isso, as escolas se tornam um foro privilegiado para o dialogo entre os indivíduos. A linguagem deve ser o médium que possibilite de maneira racional chegar ao consenso sobre as mais variadas temáticas.

Portanto, a ação comunicativa possibilita que o indivíduo possa entender de maneira crítica todos os acontecimentos sociais e expressá-los na sua maneira de ver para os demais indivíduos participantes dessa comunidade de comunicação. Evidentemente que essas comunidades de comunicação com o advento da comunicação de massa e a informatização se alargaram tornando-se muitas vezes virtuais. No entanto, ainda assim cobra-se dos indivíduos racionalidade e capacidade de expressar de maneira lingüística suas opiniões a outros indivíduos.

Referencias Bibliográficas.

BOUFLER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**. Ijuí: Unijuí, 2001.

DUTRA, D.J.V. **Razão e consenso**. Uma introdução ao pensamento de Habermas. Pelotas: Edufpel/livraria Mundial, 1993.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**: Racionalidad de la acción y racialización social. Madrid: Taurus Humanidades, 1992.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideología e cultura moderna**: Teoria social crítica na era da comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O campo econômico** – a dimensão simbólica da dominação. Papirus, 1999.
ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
SIEBENEICHLER, Fábio Beno. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ⁱ Mestre em Ética e filosofia política pela UFSC. Especialista em filosofia pela UPF. Professor da UNOESC. Tem desenvolvido pesquisas na área da ética, política, comunicação, processos midiáticos e educação. Marcio.trevisol@unoesc.edu.br. O trabalho está vinculado ao eixo temático “Educação e recursos midiáticos”.